

Mudança, tempo e sociologia, uma conferência¹

Glaucia Villas Bôas²

Resumo

O artigo retoma a polaridade dos discursos contra e a favor da modernidade, argumentando que, ao limitar-se à esfera própria da cultura, tais discursos negligenciam outras ordens sociais igualmente constitutivas da sociedade moderna. Por este motivo, tanto a crítica quanto a apologia criam distorções entre o entendimento da modernidade e as estruturas sociais. Depois de questionar as concepções críticas da sociologia clássica e a adesão da sociologia brasileira à modernidade, a autora questiona o privilégio atribuído ora ao tempo futuro ora ao tempo passado nos estudos sobre a arte moderna e contemporânea.

Palavras-chave: Modernidade. Crítica e apologia. Tempo. Sociologia. Arte.

Change, time, and sociology, a conference

Abstract

This article readdresses the polarity of discourses against and in favor of modernity. It argues that by limiting themselves to the sphere peculiar to culture, these discourses neglect other social spheres that are equally constitutive of modern society. Both critics and apologists of modernity eventually create a distortion between understandings of modernity and social structures. After reassessing critical assumptions of classical sociology and the affirmation of modernity within Brazilian sociology, the author explores the shifting privilege of future and past times within studies of modern and contemporary art.

Keywords: Modernity. Critic and apology. Time. Sociology. Art.

Desejo aqui apresentar-lhes uma reflexão sobre a crítica e a adesão à modernidade. Meu objetivo é revisitar discursos sobre “os tempos modernos”, sem cair na polaridade entre a *boa* e a *má* modernidade. De um lado, o projeto moderno valorizou a liberdade, a individualidade, os direitos

1

Mudança, tempo e sociologia foi o tema da conferência que pronunciei por ocasião de minha promoção ao cargo de professora titular do Departamento de Sociologia da UFRJ, em 22 de maio de 2015. Uma versão em inglês foi publicada em *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 1, p. 111- 128, 2016.

2

Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integra o colegiado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Tem artigos e livros publicados nas áreas de teoria sociológica, pensamento social brasileiro e arte brasileira. É pesquisadora do CNPq.

do cidadão, insistindo na maioria dos indivíduos e sua capacidade de dotar de sentido suas vidas; trouxe esperança de um mundo mais justo, menos pobre e miserável; trouxe a ciência, uma nova modalidade de conhecimento da vida e do mundo; mas, de outro lado, as liberdades conquistadas não valeram igualmente para todos, ao contrário instituiu-se o controle excessivo de cada gesto e cada ato, de maneira cada vez mais sofisticada, concorrendo para a violência nas diferentes esferas da vida. As desigualdades sociais tornaram-se indescritíveis, a concentração da riqueza impensável e as relações humanas coisificadas. A ciência contribuiu para guerras e conflitos.

Confesso que eu não teria a coragem de enfrentar tema tão complexo, abrangente e sobre o qual tantos já falaram se já não estivesse de algum modo presente na minha trajetória de pesquisadora. Na produção cultural, seja em narrativas sociológicas ou artísticas, temas de minha preferência, há sempre subjacente uma determinada concepção de tempo. O interesse em conhecer as relações específicas da mudança ou conservação com concepções de tempo tem sido uma constante no meu trabalho. Vem daí a escolha desse assunto. Acho que teria sido mais fácil fazer o elogio ou a crítica à modernidade. Mas minhas reflexões não me conduziram a este caminho.

O sentido da palavra modernidade é controverso. Uma das maneiras mais consensuais de defini-la como época é o fascínio exercido pelo futuro. Gerações de indivíduos e grupos se sentiram atraídos pelo futuro aberto e indefinido, que implicava uma nova percepção do tempo e um novo espaço de experiência. Um acervo riquíssimo de escritos filosóficos e literários, entre os quais se destacam novos gêneros textuais como os manifestos, contém proposições, imagens, expectativas, esperanças de um mundo melhor. Muitas ideias registradas neste vasto acervo puseram-se no mundo, ganhando forma imperfeita tanto na esfera da cultura, na arte, literatura, música, filosofia e ciência como também em ações, embates, revoltas e revoluções, sempre que as ilusões e as utopias arrebataram homens e mulheres a lutar por uma vida mais justa.

Na modernidade, o futuro associou-se definitivamente à mudança na medida em que o sentido usual desta palavra significa o novo, o diferente,

um “outro” nunca visto. O futuro tornou-se de fato uma espécie de garantia das esperanças de indivíduos e coletividades.

Nas últimas décadas, entretanto, a conduta e a expectativa orientadas para o futuro como portador do novo, da mudança e do progresso foram objeto de dura crítica. O fracasso das utopias, a recusa de uma narrativa histórica linear e homogeneizante, as consequências devastadoras do progresso técnico cederam lugar a uma nova visão de temporalidade que, ao sublinhar a contingência, o efêmero e passageiro, prioriza a memória, o guardar em registros diferentes fragmentos do tempo passado. Embora a crítica à modernidade tenha se tornado cada vez mais vigorosa e visível, aparentemente, lhe passaram despercebidas outras esferas da vida individual e coletiva, social, econômica e política, nas quais o progresso, o futuro e a aceleração do tempo continuam sendo exigências cotidianas inadiáveis. (Basta lembrar os critérios que definem os programas de avaliação de nossas atividades na universidade e outros). Tal descompasso da crítica acentuou a polaridade das narrativas sobre a modernidade, provocando dissonâncias, disjunções e tensões ao concorrer para importante debate entre intelectuais e artistas, sem lograr, entretanto, ampliar o escopo de sua argumentação para as teleologias das ações cotidianas – finalidades, propósitos e projetos voltados para o futuro, aprimoramento e aperfeiçoamento dos indivíduos e das instituições sociais.

Na tentativa de avançar na discussão sobre a polaridade das narrativas sobre o moderno, vou fazer três ponderações. A primeira delas trata da crítica à concepção moderna de tempo, formulada pelo historiador e teórico alemão Reinhart Koselleck; a segunda esboça ambivalências da sociologia e a terceira indaga sobre as temporalidades de projetos artísticos. Com essas ponderações esboçadas de forma ainda inexata e assistemática, pretendo mostrar como os discursos contra e a favor do moderno, aparentemente limitados à esfera própria da cultura, negligenciam outras ordens sociais constitutivas da sociedade moderna. Esta negligência cria uma distorção entre as semânticas críticas e as estruturas sociais.

Primeira ponderação: do tempo e da aceleração do tempo

Aprende-se que os “tempos modernos” libertaram os seres humanos dos limites da explicação religiosa do mundo. Um feito histórico extraordinário de repercussão em todas as esferas da vida – política, cultural, econômica e erótica, a secularização desatou as amarras das crenças religiosas, emancipando indivíduos e coletividades. O abalo do domínio da explicação religiosa do mundo descortinou a contingência, a espontaneidade, o inesperado e o imponderável, abrindo caminho para o desejo de modelar o mundo de acordo com um plano prévio a fim de dominá-lo. O processo de secularização alcança outro patamar quando o Iluminismo submete o pensamento e a reforma do mundo à ciência e à razão. A modelagem do mundo e do indivíduo dependeu, assim, desde o início, de um conhecimento peculiar, fundamento necessário a qualquer projeto ou plano prévio.

Ora, a experiência de um mundo secularizado, em algumas regiões do Ocidente Europeu, mudou radicalmente as relações entre passado, presente e futuro. A valorização do passado peculiar à concepção da história como *mestra da vida*, que atribuía um caráter exemplar aos acontecimentos passados, cede lugar às filosofias da história cujo foco é a singularidade dos processos históricos e a inelutabilidade de sua progressão, ainda que tais processos sejam resultado da ação humana. Se a história mestra da vida fundamentava-se na constância da natureza humana, instrumentalizando as histórias como um meio adequado para comprovar doutrinas morais, jurídicas, teológicas ou políticas, a nova concepção de história, ao separar história de natureza, estabelecia um tempo determinado pela história. Essa temporalização da história fundou-se na noção de progresso, “[...] na qual se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história” (KOSELLECK, 2006, p. 55). A tarefa de fazer o mundo assemelhar-se aos desígnios humanos (que Max Weber considerava a mais difícil) reuniu, na modernidade, a recusa do passado e a adesão ao progresso. Chegamos então a uma das categorias-chave da temporalidade moderna: o progresso, algo que não tem fim, algo que traz a promessa da perfeição infinita.

Ao escrever sobre o progresso na arte, Maarten Doorman, filósofo holandês, o compara à Hydra, monstro de muitas cabeças, contra o qual Hércules lutou, sabendo que ao cortar-lhe uma das cabeças, outras nasceriam instantaneamente. Doorman afirma que Hércules foi mais bem-sucedido do que os críticos do progresso do século XX, cuja tarefa permanece incompleta (DOORMAN, 2003).

De fato, aparentemente a crítica ao progresso não logrou detê-lo. Sua face auspiciosa e a sua face tenebrosa revelam-se, ao mesmo tempo, e a cada dia, paradoxalmente, nos avanços positivos da tecnologia e no drama dos deslocamentos forçados de populações, na violência das cidades, na brutalidade das guerras e nos problemas relacionados às fontes energéticas.

Independente da face que queiramos contemplar, a *aceleração do tempo* constitui uma das consequências mais notáveis do progresso. O historiador Reinhart Koselleck distinguiu dois problemas trazidos pela aceleração do tempo: o primeiro deles refere-se ao fato de que a aceleração do tempo tornou-se um critério para determinar a hierarquia política entre diferentes coletividades. As experiências de desenvolvimento, evolução ou progresso foram qualificadas pela sua rapidez ou sua lentidão. Koselleck afirma que

um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos. (KOSELLECK, 2006, p. 317).

O segundo problema consiste na relação entre *horizonte de expectativa e espaço de experiência*, conceitos utilizados pelo historiador para demonstrar que a experiência histórica se transforma numa experiência de transição, numa experiência de surpresa permanente. Com a destituição do valor das experiências passadas o futuro deixa de ser previsível através do que ocorreu no passado, transformando-se em algo desconhecido. O

conceito de progresso eliminou a diferença temporal entre experiência e expectativa, acabando com a *vinculação secreta entre o antigo e o futuro*.

Contudo é preciso lembrar que a orientação para o tempo futuro à luz do progresso e aceleração do tempo não se faz representar apenas nas “grandes” transformações sociais ou revoluções tecnológicas, sob pena de omitir uma das mudanças mais profundas que engendrou na conduta social. Eis o problema. A orientação para o futuro impregnou-se sorratamente e sem fazer grande alarde nas ações cotidianas, contínuas e prosaicas, impondo-se no dia a dia dos currículos escolares, no cálculo da produção industrial, na previsão do lucro comercial, nas estratégias dos partidos políticos e sindicatos e na provisão de bens do Estado (materiais e simbólicos) voltados sempre para o aperfeiçoamento futuro de seus objetivos. Essa progressiva e sólida instituição de uma regularidade de condutas padronizadas *que se voltam para objetivos futuros*, descrita por Max Weber em capítulo de *Economia e Sociedade* (1999, p. 213), aparentemente, fica alheia à crítica à concepção moderna de tempo. Tais condutas, cotidianas e destituídas de qualquer *glamour*, são vistas como um acontecimento de tal modo vulgar e corriqueiro que a chance de compará-lo à grandiosidade das revoluções políticas, sociais, científicas e tecnológicas é praticamente nula. Contudo, é justamente nas tarefas e atividades cotidianas oficiais ou privadas que pesa a exigência da rapidez, pressionando a aceleração do tempo. A tríade futuro, progresso e velocidade manteve-se como ideal a ser alcançado no cotidiano das instituições modernas, transformando-se em rigorosa forma de controle social, reconhecida e legitimada.

Não se pense, contudo, que a orientação para o progresso e aprimoramento futuro seja uma prerrogativa das instituições sociais. O indivíduo moderno está pronto para aprimorar-se e desenvolver suas qualidades em processo gradual no seu tempo de vida. Nesse sentido, vale recorrer à ideia de *Bildung* (termo alemão que se pode traduzir por formação e educação) uma vez que nos dá a dimensão da constituição da identidade individual como processo voltado para o futuro. *Bildung* refere-se à tradição de cultivo de si próprio, um processo duplamente pessoal e cultural voltado para a harmonia do espírito e do coração, e do exercício de uma subjetividade autônoma, através da tensão entre autodeterminação

e socialização. A formação consiste assim em um constante vir a ser que desafia o indivíduo e suas crenças. Embora não tenha um *telos* definido, pode-se dizer que o ideal de *Bildung* é dotado de uma teleologia na medida em que postula a continuidade da expansão e aprimoramento das sensibilidades espirituais e culturais de um indivíduo.

Segunda ponderação: ambivalências da sociologia

O papel que a sociologia desempenhou e ainda desempenha na pesquisa, crítica e reflexão sobre a modernidade é notável. Da sociologia clássica à contemporânea, em que pesem seus pressupostos e quadros teórico-conceituais diversos, a disciplina buscou ângulos de entendimento do processo de mudanças no mundo, ora distinguindo modalidades diferenciadas daquela “modelagem”, ora averiguando suas semelhanças. Ao estudar a transição entre formações sociais tradicionais e modernas, a sociologia atribuiu positividade à individualização, à liberdade de ir e vir, ao mérito e autoria individuais, enfim, à emancipação do indivíduo dotado de maioridade e pronto para decidir sobre os rumos de seu destino, ao indivíduo como cidadão, posição que não correspondeu, necessariamente, a um comprometimento da disciplina com as formas modernas da sociabilidade típicas do capitalismo ocidental.

Neste sentido, vale sempre a pena lembrar a insatisfação dos clássicos Émile Durkheim e Max Weber ao enfrentar o “mal-estar” provocado pela ordem e pelos valores da sociedade capitalista ocidental. O conceito de *anomia* engendrado por Durkheim nos livros *Divisão do Trabalho Social* (1893) e *O Suicídio* (1897) não deixa dúvida quanto ao repúdio do autor ao desregramento da sociedade moderna cujo progresso econômico julgava ser a fonte de todos os males, sobretudo devido à rapidez com que provocava mudanças sociais. A constatação da ausência de normas e regras morais, portanto da falta de regulamentação que assegura a solidariedade entre indivíduos, não se apresenta inicialmente tão ameaçadora para Durkheim. Em *Divisão do Trabalho Social* está convencido de que a história

trará as condições para o estabelecimento de nova solidariedade, fundada na divisão do trabalho. Contudo, isto não ocorre em *O Suicídio*. Nesta obra, a linguagem exasperada e a expressiva inquietação do autor ao retomar o conceito de anomia chamam a atenção. Agora, ao referir-se à anomia questiona a autoridade da sociedade de recuperar o equilíbrio moral. Tematiza o excesso de apetites e paixões individuais, indignando-se com as ambições infinitas que só causam melancolia, infelicidade e correntes de tristeza. No entanto, o mais grave para Durkheim, é que tais paixões constituam uma marca de distinção moral:

[...] a paixão do infinito diariamente apresentada como marca de distinção moral, quando justamente só se pode produzir em consciências desregradas e que erigem como norma o desregramento de que padecem. Apesar de tudo e bem rapidamente, a doutrina do progresso logo se tornou um artigo de fé. (DURKHEIM, 1982, p. 203)

Se Durkheim evoca o sofrimento do jovem Werther para que melhor se compreendam as tragédias individuais causadas pela frustração de desejos exacerbados, a Revolução Francesa é o alvo de suas críticas de teor político. Nas últimas páginas de *O Suicídio*, intituladas Consequências Práticas, Durkheim aguça sua crítica à modernidade, ao progresso, à recusa do passado, à previsão do futuro. Nas Consequências Práticas, o centro dos males se desloca do progresso econômico para a política. Segundo Durkheim, a Revolução Francesa levou a cabo um processo de nivelamento do País jamais alcançado antes. Diversos órgãos da vida social haviam sido aniquilados. À tormenta (palavra que usa no original) causada pela revolução sobrevivera apenas o Estado. E este abarcava todos os dias as coisas que lhe escapavam ou se apoderava delas, violentando-as. Sua recomendação de organizar as forças coletivas das corporações não pretendia restaurar “formas antigas envelhecidas, [...] nem inventar integralmente formas novas e sem analogias na história” (DURKHEIM, 1982, p. 313). Para ele impunha-se procurar no passado os germes de vida nova e apressar-lhes o desenvolvimento. Mas não se pode determinar exatamente como os germes do passado se desenvolverão no futuro. Durkheim é favorável aos

diagnósticos apresentados com base na ciência, mas ele não acredita que possam se transformar em um plano capaz de tudo prever pois somente as coisas podem dar aos ensinamentos da ciência a determinação que lhes falta. "Não se deve exagerar, (diz Durkheim) o interesse desses programas excessivamente definidos em que, de modo geral, se comprazem os filósofos da política: a realidade social não é tão simples, e é ainda muito mal conhecida para que se possa prever os detalhes" (DURKHEIM, 1982, p. 314). O suicídio, na realidade, é um sintoma da anomia, afirma o autor, e seu livro não tem outro objetivo senão suscitar questões "solidárias com os mais graves problemas práticos que o momento atual apresenta" (DURKHEIM, 1982, p. 313).

Muito embora Durkheim e Weber adotem pressupostos distintos ao investigar as características da sociedade capitalista, ambos se ocupam largamente da questão da finitude e infinitude dos desejos humanos. Em *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo* (1967), Max Weber estranha a avareza, a voracidade ou a pulsão aquisitiva, termo que utiliza com mais frequência, o desejo de ter sempre mais. O que lhe parece ainda mais estranho, contudo, é que o desejo de adquirir mais e mais dinheiro se torne um dever moral. Como pode a avareza se tornar uma virtude e a aquisição de mais e mais dinheiro uma obrigação? Tal desejo infinito aparece tanto nas ambições de um velho merceiro de Ohio, cujas horas do dia eram dedicadas a aumentar sua loja, quanto nas ambições do grande empreendedor Cecil Rhodes que queria anexar as estrelas e os planetas aos seus bens. Relembrando esses exemplos, Weber argumenta que os valores do ascetismo laico não redundaram na construção de um mundo piedoso, porém materialista, voltado para a aquisição de bens como sentido máximo da vida. Weber surpreende-se que, no curso da história, agentes sociais possam engendrar, nas suas ações dotadas de sentido para eles, algo tão diverso daquilo que intencionavam. Lamenta a imponderabilidade do futuro, o que considera verdadeira tragédia em um mundo voltado para a projeção e o controle do futuro (VILLAS BÔAS, 2006b). As críticas de Weber, registradas nos trechos finais de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, não o impediram, entretanto, de mostrar ao longo de sua obra que a ordem capitalista moderna fundava-se nos cálculos e previsões

humanas, calcadas na racionalidade e necessárias a todo e qualquer planejamento da vida individual e coletiva.

Anos depois da publicação dos dois artigos que deram origem à *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (publicados em 1904 e 1905), na conferência *A Ciência como Vocação*, pronunciada em 1918, Weber retoma sua crítica à modernidade, enfocando o sentido da ciência moderna, conhecimento inseparável da noção de progresso, e cujos resultados estão fadados a envelhecer e serem substituídos rápida e infinitamente. Ele focaliza agora o desencantamento do mundo, a ausência de sentido da vida e, conseqüentemente, a ausência de sentido da morte, causada pela natureza infinita do conhecimento científico. A ciência exigia o fim das ilusões de sentido uma vez que estava intimamente ligada ao progresso que renovava-se nele mesmo. Mas por que dedicar-se então a algo que, na realidade, jamais chega ao fim? Porque, respondia Weber, a ciência pode orientar a vida prática colocando à disposição meios técnicos. E, ainda porque, enquanto uma profissão que se exerce em área específica, a ciência está a serviço da autorreflexão e do conhecimento de contextos concretos. Não oferecia, porém, sentido à vida. Weber relembra Tolstoi em três passagens, relacionadas à ausência de sentido da morte na modernidade. Os trechos fazem recordar em *A morte de Ivan Ilitch* a completa indiferença dos médicos à dor e ao sofrimento do doente. Ivan é tratado por seus médicos da mesma forma que ele como advogado tratava os acusados – seguindo meramente os preceitos técnicos de sua profissão sem atentar em nenhum momento para suas vidas. A tal ponto a vida era destituída de valor que pouco antes de morrer, Ivan Ilitch comenta que seu médico, ao chegar em sua casa para uma consulta parece ter vontade de lhe perguntar “Como vão os negócios? – mas compreendia que não deveria falar desse modo” (TOLSTOI, 1993, p. 918-919).

Importa à nossa discussão ressaltar que o cerne da crítica dos dois autores clássicos da sociologia é o progresso e suas conseqüências; as novidades infindáveis tanto da produção material como imaterial e simbólica, e, sobretudo, a rapidez e velocidade com que aparecem no mundo e provocam demandas insaciáveis em todas as esferas da vida social. Embora afirme que no progresso há sempre anomia, Durkheim oferece uma solução

possível para a regulamentação da esfera social através das corporações profissionais. Weber, ao contrário, lamenta que a pulsão aquisitiva de natureza ilimitada tenha se tornado um valor constitutivo do capitalismo ocidental. Nada resta a fazer quanto à imponderabilidade e à falta de sentido da vida provocada pelo progresso senão responder “às exigências de cada dia, humana e profissionalmente... Mas isto ocorre apenas quando cada um obedece ao demônio que conduz os fios de sua vida” (WEBER, 1995, p. 45).

Podemos indagar se sociólogos brasileiros de meados do século XX, como Florestan Fernandes, Luiz Aguiar Costa Pinto e Alberto Guerreiro Ramos, seguiram a orientação de Weber e buscaram responder à exigência de cada dia. Caso a resposta seja positiva, a diferença entre eles repousaria na natureza social e histórica do dia a dia que enfrentaram. Se aproximarmos o pensamento sociológico brasileiro da sociologia clássica, de modo pouco rigoroso, ainda assim pode-se imaginar que a leitura que sociólogos brasileiros fizeram dos sociólogos francês e alemão visava pragmaticamente a urgência de suas questões de trabalho. Seus objetivos eram claros: a institucionalização da sociologia e a instauração no país de uma ordem moderna capitalista industrial, legal e igualitária, fundada na ciência e na tecnologia. Tal perspectiva se coadunava com uma concepção moderna de história, processual e progressista, cujo fundamento era a recusa do tempo passado. E certamente o mote de Juscelino Kubitschek – *Fazer em cinco anos o que seria feito em 50 anos* – expressa bem a importância da aceleração do tempo. Pode-se pensar que a escolha de tal perspectiva investigativa ocorreu porque a ordem moderna se impunha gradualmente como algo “novo” no país, ou porque ela representava os ideais de modernidade dos sociólogos. Fato é que a sociologia brasileira não fez a crítica do caráter universalista e abstrato daquela ordem, que a tudo deseja igualar e padronizar como adverte Hannah Arendt, nem lamentou a perda da autoridade do passado, como o faz Walter Benjamin. Tampouco voltou sua atenção para as consequências destrutivas do progresso quer fossem de ordem moral quer fossem de ordem material. Houve, naturalmente, orientações desviantes, sobre as quais escrevi em meu livro *Mudança Provocada* (2006a). Impuseram-se, contudo, as posições tomadas em favor do progresso, da ciência e do futuro.

Para realizar seus propósitos, os sociólogos fizeram um percurso peculiar. Colocaram em primeiro plano nos seus estudos a inserção diferenciada de homens, mulheres e crianças no processo produtivo, descortinando, de maneira antes nunca vista na produção cultural brasileira, as profundas desigualdades do país. A miséria e pobreza ficaram estampadas nas figuras de paus-de-arara, migrantes, peões, camponeses, ex-escravos, ribeirinhos, imigrantes, pescadores, desafortunados de toda sorte. Ao mostrar as desigualdades sociais perceberam que um dos obstáculos às mudanças era consequência da ausência ou fraqueza da autoridade política diante da imposição dos interesses pessoais dos afortunados e poderosos; compreenderam que o “passado” sabia negociar com os projetos futuros, viabilizando a convivência e acomodação de temporalidades muito diferenciadas. As pesquisas desnudaram, qualquer que fosse sua orientação, a ligação profunda entre o passado e o futuro. Tal descoberta gerou diversas explicações de um arranjo social e histórico patológico assim como sentenças condenatórias à resistência “brasileira” à modernidade. Uma das explicações vitoriosas atribuía ao atraso do Brasil sua inserção no moderno desde a colônia. Tal pecado de origem transformou-se em um *topos* poderoso que define o “destino nacional”. Nem mesmo as críticas ao progresso avassalador, ao fim das utopias e ao fracasso das filosofias da história que fazem parte do repertório discursivo nos dias atuais, alcançaram pôr em xeque aquela explicação emblemática.

Terceira ponderação: futurismo ou cópias originais?

As disputas sobre o passado e o futuro no campo das artes são acirradas. Aparecem nos registros escritos de artistas, em historiadores e críticos – por exemplo – na ampla controvérsia classificatória que inclui arte moderna e arte contemporânea. Campo movediço, de difícil penetração, o campo da arte é fértil, para pensarmos o quanto a valorização ora do futuro ora do passado flutuam ao longo do tempo.

No livro *On Abstract Art (1997)*, Briony Fer afirma que a arte abstrata, representada em finais da década de 1920 por Mondrian, Malevich

e El Lissitzky, fora contestada antes mesmo de seu reconhecimento e consagração. O crítico alemão Carl Einstein da revista *Documents*, que reunia surrealistas ligados a George Bataille, foi contundente em dizer que os artistas adeptos às formas geométricas eram “moralistas da forma pura, pregando a favor do quadrado, movidos pela embriaguez matemática” (apud FER, 2000, p. 2) e que suas obras não passavam de “pura ansiedade diante do invisível e do desaparecimento súbito provocado pela morte” (apud FER, 1997, p. 2-3). Sete décadas depois, Briony Fer argumenta contra os críticos da *Documents*, afirmando que os suprematistas russos e os neoplásticos holandeses nada mais fizeram do que inscrever fantasias do moderno nas linhas retas e nas formas seriadas e geométricas que compunham suas obras.

Há quem vá mais longe. Maarten Doorman (2003), ao qual me referi anteriormente, defende a efetiva presença da noção de progresso nos movimentos de vanguarda do início do século XX. Sua análise da revista *De Stijl*, liderada por Mondrian e Van Doesburg ressalta que a espiritualidade e a abstração pura através da redução de formas naturais a formas geométricas consistia um dos ideais do movimento (Figura 1). Atingir a harmonia absoluta em um mundo imperfeito e caótico era uma das exigências do pensamento utópico de Mondrian. No conjunto de onze ensaios sobre “A Nova Plástica na Pintura”, publicada no primeiro volume da revista em 1917, Mondrian chama a atenção para a intelectualização e automatização do mundo moderno:

A vida do homem moderno está gradualmente deixando de ser natural, está se tornando mais e mais abstrata na medida em que o natural (o externo) se torna cada vez mais e mais automático, percebemos que o interesse da vida fixou-se mais e mais no interno. A vida do homem verdadeiramente moderno não se orienta para o material... nem para o predominantemente emocional mas toma a forma da vida autônoma do espírito humano que se torna consciente. (apud DOORMAN, 2003, p. 88).

A demanda pelo espiritual e universal era o ponto de partida dos artistas que desejavam reunir as dicotomias universal *versus* individual, o

espiritual *versus* o material, o abstrato *versus* o concreto, o objetivo *versus* o subjetivo e o racional *versus* o emocional. Outras oposições entre positivo e negativo, masculino e feminino, vertical e horizontal, formas abertas e formas fechadas, multiplicidade e unidade, claro e vago alcançariam uma síntese na nova pintura. Briony Fer lembra que Mondrian deseja a ilusão de tudo (todas as coisas) disposta em um plano, no qual a grade assimétrica e os planos coloridos não parecessem mais habitar um mundo corpóreo e tridimensional, mas desafiar um modo habitual de procurar pela profundidade. Mondrian compunha seus planos para que aparecessem inteiramente lógicos, como se fossem uma totalidade, como se estivessem contidos, como se fossem incorpóreos. Aí estava a qualidade metafórica de seus quadros (FER, 1997, p. 49-50).

Se ampliarmos o leque das justificativas em favor da arte abstrata de tendência geométrica, construtiva ou concreta, veremos que as justificativas para uma nova concepção de arte eram variadas e, certamente, distintas umas das outras, embora tivessem um ponto comum: a eliminação do passado – através da libertação da arte do objeto, da descrição, da mimesis. Max Bill, artista suíço radicado na Alemanha, cujos ideais repercutiram fortemente no Brasil, quando de viagem ao país e do prêmio concedido na I Bienal de São Paulo, escreve de forma poética sobre o apoio visual necessário ao pensamento humano, em particular ao pensamento matemático, diante do ilimitado:

[...] desde o momento em que a arte intervém a linha clara se torna indefinida, enquanto o pensamento abstrato, invisível, surge como concreto visível. Espaços desconhecidos, axiomas quase inacreditáveis, adquirem realidade e se começa a caminhar por regiões que antes não existiam: a sensibilidade se amplia; espaços até há pouco desconhecidos e inimagináveis começam a ser conhecidos e imaginados. (BILL, 1950, p. 5)

Logo após o fim da II Guerra Mundial, o concretismo se instaura no Brasil sob a liderança do crítico Mário Pedrosa no Rio de Janeiro e do crítico e artista Waldemar Cordeiro (Figura 2) em São Paulo. Houve naturalmente muita resistência à nova estética, que abandonava os retratos do Brasil,

privilegiados pelo programa modernista da década de 1920, em favor da visibilidade do invisível, do ponto, da linha, do plano. Otília Arantes resume muito bem a ameaça política do movimento concreto. Chama a atenção para a resistência ao abstracionismo no Brasil, afirmando que

[...] não se concebia entre nós atividade cultural que não estivesse a serviço da “figuração” do país, que não fosse ao mesmo tempo instrumento de conhecimento e consolidação da “imagem” do país ainda muito incerto de si mesmo – pintar era ajudar a descobri-lo e edificar em parcelas uma nação diminuída pelo complexo colonial. [...] Enquanto o primitivismo cubista e a deformação expressionista de nítida índole social pareciam ajustar-se a esse programa de transposição plástica do país, imaginava-se que, com a abstração, seríamos obrigados a renunciar a tudo isso, que uma tradição a duras penas conquistada seria erradicada da noite para o dia... (ARANTES, 1996, p. 2 e 20)

Além da inadequação ao projeto nacional, a arte concreta acirrou o debate sobre os males da racionalização na arte de tal forma que não é incomum a consideração pela crítica de arte de que as formas geométricas “perdem” sua natureza objetiva para se tornarem um veículo da imaginação. Não poderia aqui discorrer sobre as disputas que ocuparam o campo artístico brasileiro com os dois projetos concorrentes do modernismo. Meu objetivo bem outro é evidenciar que a criação de novos espaços que se recriam a si próprios – pelo concretismo – esteve associada a uma concepção de tempo moderna e à recusa de um passado que não mais servia de modelo para a arte.

Poucas décadas depois do reconhecimento e consagração da arte concreta, novas concepções de arte marcadas pela crítica ao futuro e obsessão pela memória colocavam no mundo objetos artísticos, cujo fundamento se deslocara do tempo futuro para o tempo passado. A historiadora da arte Martha Buskirk, (e vou usar o termo arte contemporânea sem nenhuma pretensão de defini-lo) em seu livro *The Contingent Object of Contemporary Art* (2005), diz que, ao revisitar radicalmente os cânones da arte do passado, a arte contemporânea possibilita justamente uma volta

ao passado, retomando um fragmento, uma imagem, uma citação para nos trazer esse passado renovado, transfigurado em novo contexto, com novo significado, refeito, original.

No livro de Lilia Schwarcz e Adriana Varejão intitulado *Pérolas Imperfeitas* (2014), os diálogos entre a antropóloga e historiadora e a artista rastreiam o passado colonial livre de uma visão normativa. Com as pérolas que a artista encontra ao longo de suas vivências, viagens e leituras, como os carimbos chineses ou o livro de Hans Staden, a obra de Varejão torna presente uma atmosfera da temporalidade colonial, mesclando, amoldando o colonizador e colonizado, dissolvendo os centros e periferias, diluindo dicotomias tantas vezes ensinadas, questionando a memória duramente castigada pela cristalização de visões negativas do passado brasileiro. O exemplo de *Celacanto provoca maremoto* (Figura 3), exposta em Inhotim, é paradigmático de nova forma expressiva que reverencia o passado, recriando-o. O uso de uma multiplicidade de meios e fontes (pintura, documentação, azulejaria, objetos, citações) não significa, como adverte Martha Buskirk, que as associações com as imagens, lembranças e objetos sejam efetivas. Apenas retêm traços das histórias passadas para que em um processo criativo componham uma expressão estética que estabelece novas conexões (BUSKIRK, 2005, p. 65). Estas conexões, mais do que uma mera transposição, são a marca da escolha do artista, de sua autoria.

À guisa de consideração final

Como disse no início, não é meu objetivo sublinhar o vigor da crítica à modernidade, muito menos tomar seu partido, porém repensar as polaridades discursivas geradas pela modernidade (e sua relação com as teleologias do cotidiano). Neste sentido, se retomo as ponderações feitas, vejo que os discursos críticos e não críticos da modernidade funcionam como uma caixa de ressonância no fluxo do tempo. Pergunto-me se seriam apenas lados constitutivos da mesma unidade? Creio que não. A diferença se deixa perceber na relação entre o discurso, a narrativa

ou a semântica com as estruturas sociais. Qual seria, por exemplo, o grau de impacto legitimador dos discursos favoráveis aos recentes avanços tecnológicos que intensificaram as relações sociais em escala mundial, ligando localidades distantes e modelando acontecimentos locais através de eventos que ocorrem a muitas milhas de distância? Como comparar seu impacto com a crítica weberiana à falta de sentido da vida provocada pela infinitude do progresso? Ou mesmo com as críticas advindas das poéticas artísticas contemporâneas cujo alvo é a revisão radical da prerrogativa do colonizador europeu de narrar a história da colonização. A variabilidade da força transformadora efetiva da crítica constitui problema complexo. Contudo, muito embora ressalte esta diferença dos discursos polarizados sobre a modernidade, supondo que o discurso legitimador da ordem social contribua para a manutenção do progresso mais do que as poéticas que lhe fazem resistência. É possível que, ainda assim, o âmago da ordem social que transparece no dia a dia das relações sociais mais comezinhas nas teleologias do cotidiano – nem de longe é atingido por um ou outro dos polos das semânticas sobre a modernidade. Aparentemente a ordem social moderna não está vulnerável a qualquer tipo de crítica. Na regularidade de seu cotidiano impõe-se soberana e impenetrável.

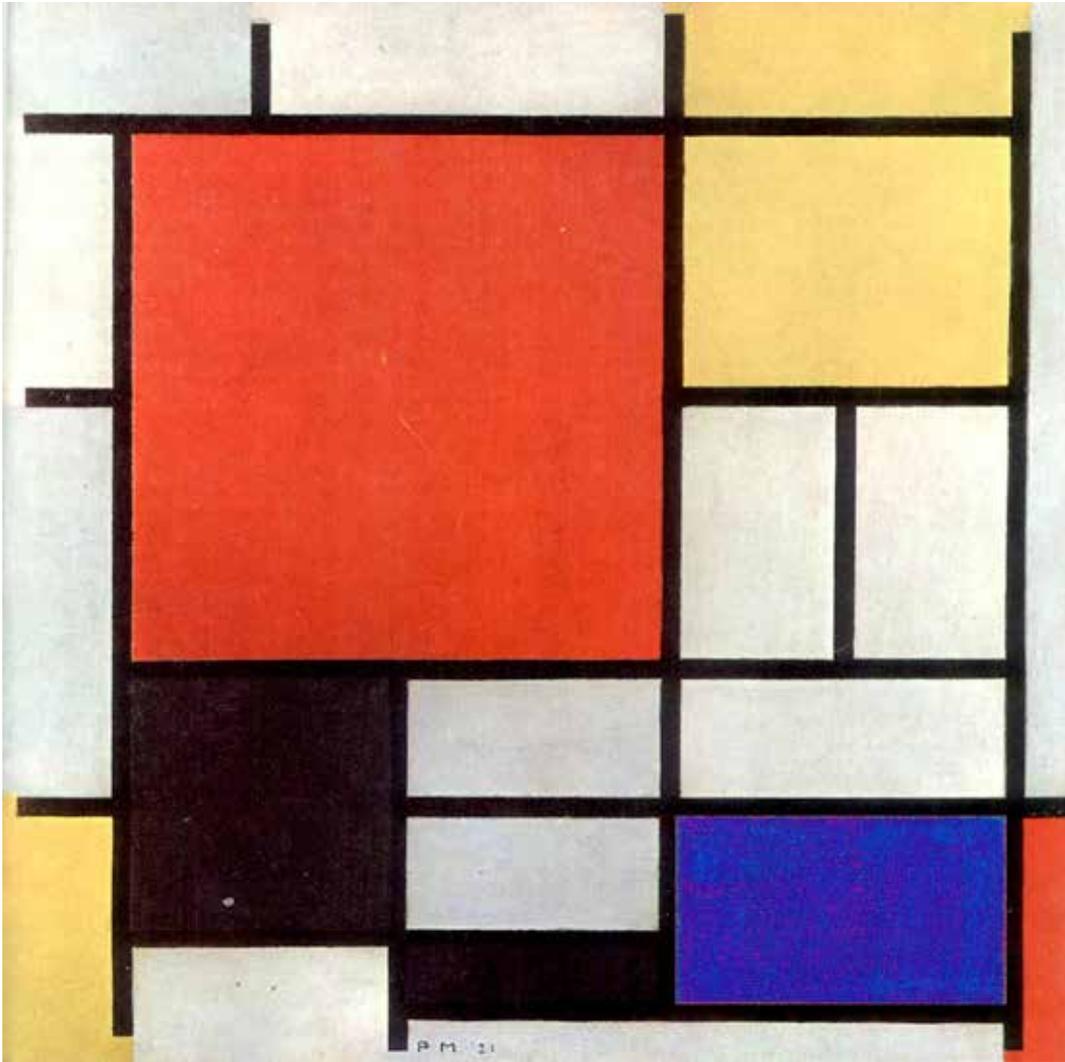


Figura 1 :: Composição em vermelho, amarelo, azul e preto. Piet Mondrian, 1926.
Óleo sobre tela 59,5x59,5
Fonte :: Gemeente museum, Den Haag.

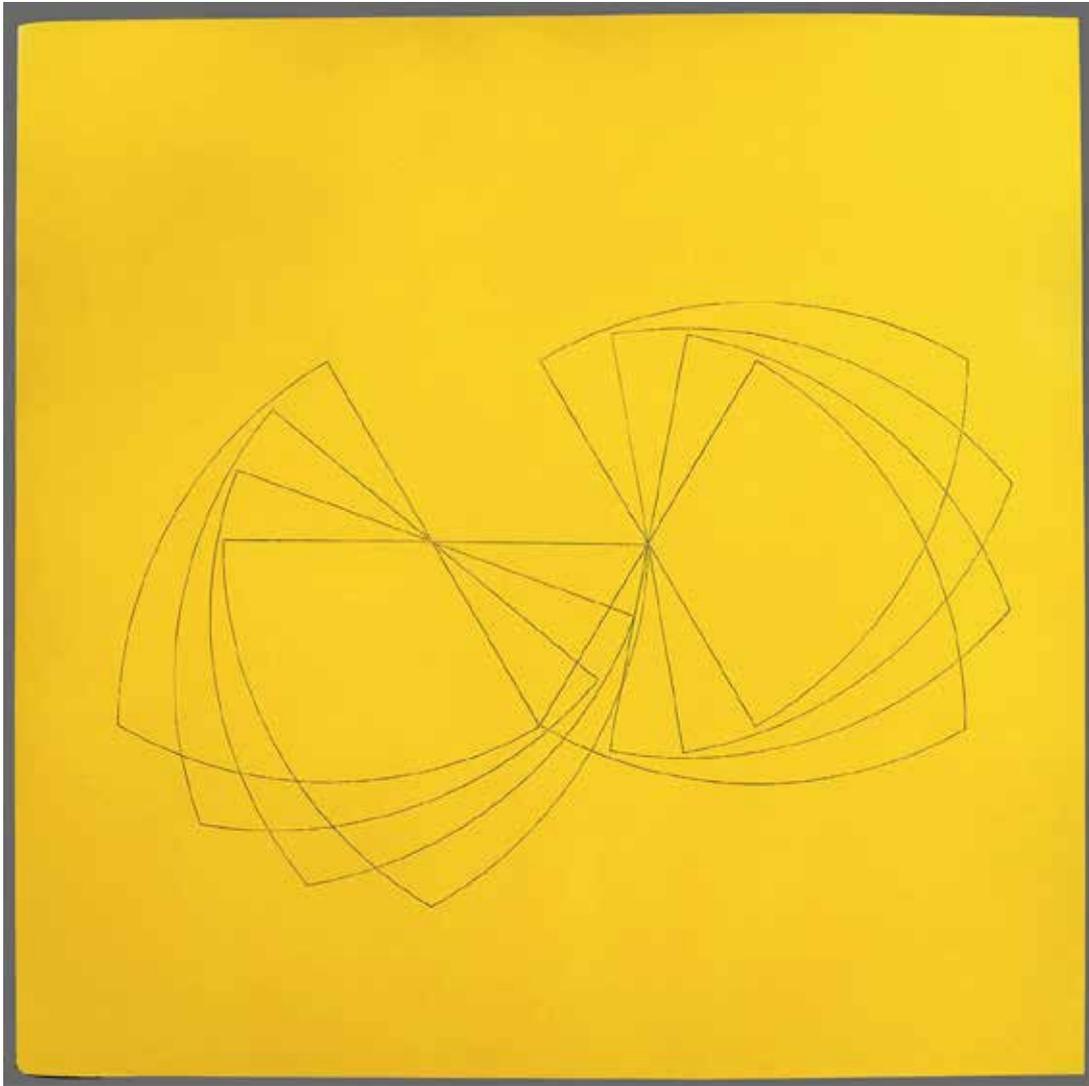


Figura 2 :: Ideia Visível
Waldemar Cordeiro, 1952
Têmpera sobre madeira, 24x24 in/61x61 cm
Fonte :: Coleção privada.

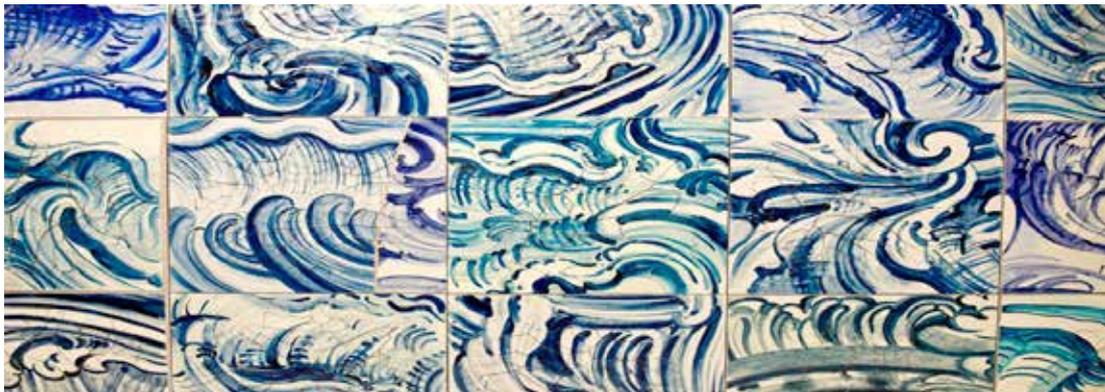


Figura 3 :: Celacanto provoca maremoto. Adriana Varejão, 2004-2008. Óleo e gesso sobre tela. 110x110cm cada peça. 184 peças

Fonte :: Inhotim.

Referências

ARANTES, Otilia. Pedrosa: um capítulo brasileiro da teoria da abstração. In: PEDROSA, Mário Pedrosa; ARANTES, Otilia (Org.). *Formas e Percepção estética: textos escolhidos II*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BILL, Max. El pensamiento matemático en el arte de nuestro tempo. *Ver y Estimar: cuadernos de crítica artística*, Buenos Aires, n. 17, p. 1-7, maio 1950.

BUSKIRK, Martha. *The contingent object of contemporary art*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2005.

DOORMAN, Maarten. *Art in progress: a philosophical response to the end of the avant-garde*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FER, Briony. *On abstract Art*. New Haven and London: Yale University Press, 2000.

KOSSELLECK, Reinhardt. *Passado Futuro: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC, 2006.

SCHWARCZ, Lilia; VAREJÃO, Adriana. *Pérola imperfeita: a história e as histórias na obra de Adriana Varejão*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

TOLSTOI, Leão. *A Morte de Ivan Ilitch, Obra Completa, vol III*. Lisboa: Editora Nova Aguilar, 1993.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Ascese e Prazer: Weber versus Sombart. In: _____. *A Recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006b. p 29-57.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. v. 2.

WEBER, Max. *Wissenschaft als Beruf*. Stuttgart: Philip Reclam: jun. 1995.

Recebido em 13/05/2016

Aprovado em 16/06/2016